

JASON STANLEY

Professor na Universidade de Yale

COMO
FUNCIONA
O FASCISMO

A POLÍTICA DO NÓS E ELES

«Uma análise ponderada
de um conceito político incendiário.»
The Guardian

v o c a i s

*Para Emile, Alain, Kalev, Talia,
e para a sua geração*

ÍNDICE

<i>Introdução</i>	7
1 O Passado Mítico	15
2 Propaganda	33
3 Anti-intelectualismo	45
4 Irrealidade	63
5 Hierarquia	81
6 Vitimização	95
7 Lei e Ordem	109
8 Ansiedade Sexual	125
9 Sodoma e Gomorra	137
10 <i>Arbeit Macht Frei</i>	151
<i>Epílogo</i>	179
<i>Agradecimentos</i>	187
<i>Notas</i>	191
<i>Índice remissivo</i>	201

INTRODUÇÃO

Tendo crescido com pais que fugiram da Europa como refugiados, fui criado com histórias da nação heroica que ajudou a derrotar os exércitos de Hitler e a inaugurar uma era de democracia liberal sem precedentes no Ocidente. Perto do fim da sua vida, gravemente doente com Parkinson, o meu pai insistiu em visitar as praias da Normandia. Apoiado no ombro da sua mulher, a minha madrasta, cumpriu um sonho de toda a vida, caminhando onde tantos corajosos jovens americanos perderam as suas vidas na luta contra o fascismo. No entanto, mesmo enquanto a minha família celebrava e honrava este legado americano, os meus pais também sabiam que o heroísmo americano e as ideias de liberdade americanas nunca foram apenas uma coisa.

Antes da Segunda Guerra Mundial, Charles Lindbergh tipificava o heroísmo americano com os seus voos audaciosos, incluindo o primeiro voo transatlântico a solo e a sua celebração da nova tecnologia. Transformou a sua fama e o seu estatuto heroico num papel preponderante ao nível do movimento America First, que se opunha à entrada da América na guerra contra a Alemanha nazi. Em 1939,

num ensaio intitulado «Aviation, Geography, and Race», publicado na mais americana das revistas, a *Reader's Digest*, Lindbergh defendeu algo próximo do nazismo para a América:

É chegado o tempo de virarmos costas às nossas quezílias e de reconstruirmos novamente as nossas muralhas Brancas. Esta aliança com raças estrangeiras nada mais significa para nós do que a morte. É chegada a nossa vez de protegermos a nossa herança dos mongóis, dos persas e dos mouros, antes que sejamos engolidos por um mar estrangeiro sem fim.¹

O ano de 1939 foi também o ano em que o meu pai, Manfred, então com 6 anos, fugiu da Alemanha nazi, deixando em julho o aeroporto de Tempelhof, em Berlim, na companhia da sua mãe, Ilse, depois de terem passado vários meses na clandestinidade. Chegou a Nova Iorque no dia 3 de agosto de 1939, e o navio onde viajava passou pela Estátua da Liberdade a caminho do porto. Temos um álbum de fotografias de família das décadas de 1920 e 1930. A última página contém seis fotografias diferentes da Estátua da Liberdade a aparecer gradualmente.

O movimento America First era o rosto público do sentimento pró-fascista que nessa época se sentia nos Estados Unidos². Nas décadas de 1920 e 1930, muitos americanos partilhavam das opiniões de Lindbergh acerca da imigração, sobretudo por parte de não europeus. A Lei de Imigração de 1924 limitava severamente a imigração para o país e tinha por objetivo, especificamente, restringir a imigração tanto de não brancos como de judeus. Em 1939, os Estados Unidos permitiram a entrada de tão poucos refugiados nas suas fronteiras que é um milagre que o meu pai se tenha contado entre eles.

Em 2016, Donald Trump recuperou a frase «America First» como um dos seus lemas, e desde a sua primeira semana em funções que a sua administração tem aplicado incessantemente proibições de viajar aos imigrantes, incluindo aos refugiados, visando especificamente alguns países árabes. Trump prometeu igualmente deportar os milhões de trabalhadores não brancos e sem documentos da América Central e do Sul que vivem nos Estados Unidos e pôr um fim à legislação que protege da deportação as crianças que vieram com os mesmos. Em setembro de 2017, a administração Trump impôs um limite de 45 mil ao número de refugiados a quem seria permitida entrada nos Estados Unidos em 2018, o número mais baixo desde que os presidentes começaram a impor este tipo de limites.

Se Trump lembrou especificamente Lindbergh com o lema «America First», o resto da sua campanha eleitoral também ansiava por um qualquer ponto vago da história — para «tornar a América grande outra vez». Mas quando, exatamente, foi a América grande, aos olhos da campanha eleitoral de Trump? Durante o século XIX, quando os Estados Unidos escravizaram a sua população negra? Durante o período da Segregação, quando os americanos negros do Sul eram impedidos de votar? Uma pista sobre a década que foi mais importante para a campanha eleitoral de Trump surge numa entrevista a Steve Bannon, o então principal estratega do presidente eleito, publicada a 18 de novembro de 2016 no jornal *Hollywood Reporter*, na qual este afirma sobre a era vindoura que «será tão entusiasmante quanto a década de 1930». Em resumo, a era em que os Estados Unidos mostraram maior simpatia pelo fascismo.

Nos anos mais recentes, muitos países de todo o mundo foram dominados por um certo tipo de nacionalismo de extrema-direita; a lista inclui a Rússia, a Hungria, a Polónia, a Índia, a Turquia e os Estados Unidos. A tarefa de falar de forma generalizada sobre este

tipo de fenômenos é sempre incômoda, uma vez que o contexto de cada país é sempre único. Mas este tipo de generalização é necessário no momento atual. Escolhi o rótulo de «fascismo» para aplicar a todos os tipos de ultranacionalismo (étnico, religioso, cultural), com a nação representada na pessoa de um líder autoritário que fala em seu nome. Como Donald Trump afirmou no seu discurso na Convenção Nacional Republicana de julho de 2016: «Eu sou a vossa voz.»

Neste livro, o que me interessa é a *política* fascista. Mais especificamente, interessam-me as táticas fascistas enquanto mecanismo para alcançar o poder. Quando as pessoas que utilizam esse tipo de táticas chegam ao poder, os regimes que adotam são, em grande medida, determinados por condições históricas específicas. O que aconteceu na Alemanha foi diferente do que aconteceu em Itália. A política fascista não conduz, necessariamente, a um Estado explicitamente fascista, mas não deixa por isso de ser perigosa.

A política fascista inclui muitas estratégias diferentes: o passado mítico, a propaganda, o anti-intelectualismo, a irrealidade, a hierarquia, a vitimização, a lei e ordem, a ansiedade sexual, os apelos ao patriotismo e o desmantelamento do bem-estar e da unidade públicos. Embora a defesa de determinados elementos seja legítima, e por vezes necessária, há períodos na História em que se conjugam num partido ou movimento político. Vivemos momentos perigosos. Presentemente, nos Estados Unidos, os políticos republicanos utilizam estas estratégias com uma frequência cada vez maior. A sua tendência crescente para se envolverem neste tipo de política deveria constituir um motivo de reflexão para os conservadores honestos.

Os perigos da política fascista advêm da maneira específica como desumaniza determinados segmentos da população. Ao excluir esses grupos, limita a capacidade de empatia entre outros cidadãos, o que conduz à justificação do tratamento desumano, desde

a repressão da liberdade, detenções em massa e expulsão, até, em casos extremos, ao extermínio em massa.

Os genocídios e as campanhas de limpeza étnica são regularmente antecedidos pelo tipo de táticas políticas descritas neste livro. Nos casos da Alemanha nazi, do Ruanda e da Birmânia contemporânea, as vítimas de limpeza étnica foram sujeitas a violentos ataques de retórica por parte dos líderes e da comunicação social durante meses ou anos, antes de o regime se ter virado para o genocídio. Com estes antecedentes, devia constituir motivo de preocupação para todos os americanos que, enquanto candidato e presidente, Donald Trump tenha insultado grupos de imigrantes de forma pública e explícita.

A política fascista pode desumanizar grupos minoritários mesmo quando não surge um Estado explicitamente fascista³. Em certa medida, a Birmânia está a fazer a transição para uma democracia. No entanto, apesar disso, cinco anos de retórica brutal contra a população de muçulmanos rohingya resultou num dos piores casos de limpeza étnica desde a Segunda Guerra Mundial.

O sintoma mais revelador da política fascista é a divisão. O seu objetivo é separar uma população em um «nós» e um «eles». Muitos tipos de movimentos políticos incluem uma divisão deste género; a política comunista, por exemplo, transforma as divisões de classes numa arma. Fazer uma descrição da política fascista implica descrever a maneira muito específica como esta faz a distinção entre «nós» e «eles», apelando a distinções étnicas, religiosas ou raciais, e utilizando essa divisão para moldar a ideologia e, em última instância, a política. Todos os mecanismos da política fascista trabalham no sentido de criar ou de consolidar esta distinção.

Os políticos fascistas justificam as suas ideias destruindo um sentido comum de história através da criação de um **passado mítico**

para apoiar a visão que têm para o presente. Reescrevem o entendimento partilhado que a população tem da realidade, deturpando a linguagem dos ideais através da **propaganda** e fomentando o **anti-intelectualismo**, atacando universidades e sistemas educativos que possam desafiar as suas ideias. Eventualmente, recorrendo a estas técnicas, a política fascista cria um estado de **irrealidade**, no qual as teorias da conspiração e as *fake news* substituem o debate bem fundamentado.

À medida que o entendimento comum da realidade se desmorona, a política fascista cria espaço para o enraizamento de crenças falsas e perigosas. Primeiro, a ideologia fascista procura neutralizar a diferença entre grupos, dando assim a aparência de apoio natural e científico para uma **hierarquia** de mérito humano. Quando as classificações e divisões sociais se consolidam, o medo substitui o entendimento entre grupos, e qualquer progresso em prol de um grupo minoritário alimenta sentimentos de **vitimização** entre a população dominante. A política de **lei e ordem** é atrativa para as massas, dando a «nós» o papel de cidadãos legítimos e a «eles», em contrapartida, o papel de criminosos sem lei, cujo comportamento constitui uma ameaça existencial à virilidade da nação. A **ansiedade sexual** é igualmente típica da política fascista, uma vez que a hierarquia patriarcal é ameaçada pela crescente equidade entre géneros.

À medida que o medo do «eles» aumenta, o «nós» passa a representar tudo o que é virtuoso. «Nós» vivemos no interior rural, onde os valores e tradições puros da nação ainda existem milagrosamente, apesar da ameaça do cosmopolitismo das cidades da nação, a par das hordas de minorias que aí vivem, encorajadas pela tolerância liberal. «Nós» somos trabalhadores, e conquistámos o nosso lugar de destaque através do esforço e do mérito. «Eles» são indolentes, sobrevivem a expensas dos bens que nós produzimos, explorando a generosidade dos nossos sistemas de proteção social, ou utilizando

instituições corruptas, como os sindicatos, com o intuito de afastar os cidadãos honestos e arduamente trabalhadores do seu salário. «Nós» somos empreendedores, «eles» são aproveitadores.

Muitas pessoas não estão familiarizadas com a estrutura ideológica do fascismo, com o facto de que cada mecanismo da política fascista tem tendência para se apoiar noutro. Não reconhecem a interligação dos lemas políticos que lhes pedem que repitam. Escrevi este livro na esperança de equipar os cidadãos com as ferramentas essenciais para reconhecerem a diferença entre, por um lado, as táticas legítimas da política democrática liberal e, por outro, as táticas injustas da política fascista.

Na sua própria história, os Estados Unidos conseguem encontrar o legado do melhor da democracia liberal e também as raízes do pensamento fascista (na verdade, Hitler inspirou-se na Confederação e nas leis segregacionistas). A seguir aos horrores da Segunda Guerra Mundial, que obrigou refugiados em massa a fugirem de regimes fascistas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 afirmou a dignidade de todos os seres humanos. A elaboração e a adoção do documento foram lideradas pela antiga primeira-dama dos Estados Unidos, Eleanor Roosevelt, e depois da guerra a declaração defendeu tanto os ideais dos Estados Unidos como os da recém-formada organização das Nações Unidas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos constituiu uma declaração corajosa, uma poderosa reiteração e expansão do entendimento democrático liberal da própria pessoa, de maneira a incluir, literalmente, toda a comunidade mundial. Vinculou todas as nações e culturas a um compromisso partilhado de valorizar a igualdade de todas as pessoas, e fez eco das aspirações de milhões num mundo destruído que se confrontava com a devastação do colonialismo, do genocídio, do racismo, da guerra mundial e, sim, do fascismo. Depois da guerra,

o Artigo 14.º era especialmente comovente, reiterando solenemente o direito de todas as pessoas a pedirem asilo. Mesmo enquanto tentava impedir uma repetição do sofrimento que teve lugar durante a Segunda Guerra Mundial, a declaração reconhecia que certas categorias de pessoas poderiam ter de voltar a fugir dos Estados-nação sob cuja bandeira tinham vivido em tempos.

Hoje o fascismo pode não ter exatamente o mesmo aspeto que tinha na década de 1930, mas há refugiados de novo em fuga por todo o mundo. Em muitos países, a sua provação reforça a propaganda fascista de que a nação está sitiada e de que os estrangeiros são uma ameaça, tanto dentro das suas fronteiras como fora delas. O sofrimento de estranhos pode consolidar a estrutura do fascismo. No entanto, quando se muda de perspetiva, pode igualmente desencadear sentimentos de empatia.

1

O PASSADO MÍTICO

«É em nome da tradição que os antissemitas baseiam o seu “ponto de vista”. É em nome da tradição, do longo passado histórico e dos laços de sangue com Pascal e Descartes, que é dito aos judeus que nunca pertencerão aqui.»

FRANTZ FANON, *Black Skin, White Masks* (1952)

É natural começar este livro onde a política fascista afirma, invariavelmente, descobrir a sua génese: no passado. A política fascista invoca um passado mítico puro, tragicamente destruído. Dependendo da forma como a nação é definida, o passado mítico pode ser religiosamente puro, racialmente puro, culturalmente puro ou todas as três. Mas há uma estrutura comum a toda a mitologia fascista. Em todos os passados míticos fascistas, uma versão radical da família patriarcal reina soberana, mesmo que apenas há algumas gerações. Recuando ainda mais no tempo, o passado mítico era um período de glória da nação, com guerras de conquista lideradas por generais patrióticos e exércitos cheios de conterrâneos, guerreiros fisicamente aptos e leais cujas mulheres estavam em casa a criar a geração seguinte. No presente, estes mitos transformam-se na base da identidade da nação no contexto da política fascista.

Na retórica dos nacionalistas radicais, este passado glorioso perdeu-se às mãos da humilhação provocada pela globalização,

pelo cosmopolitismo liberal e pelo respeito por «valores universais» como a igualdade. É suposto estes valores terem tornado a nação fraca face aos desafios reais que ameaçam a sua existência.

Regra geral, estes mitos baseiam-se em fantasias de uma inexistente uniformidade passada, que sobrevive nas tradições de pequenas povoações e zonas rurais que permanecem relativamente impolutas em relação à decadência liberal das cidades. Esta uniformidade — linguística, religiosa, geográfica ou étnica — pode ser perfeitamente vulgar em alguns movimentos nacionalistas, mas os mitos fascistas distinguem-se pela criação de uma gloriosa história nacional na qual os membros da nação escolhida governavam outros, em resultado de conquistas e de feitos criadores de civilização. Na imaginação fascista, por exemplo, o passado inclui invariavelmente papéis tradicionais e patriarcais em função do género. O passado mítico fascista tem uma estrutura específica, que apoia a sua ideologia autoritária e hierárquica. O facto de as sociedades do passado raramente serem tão patriarcais — ou, na verdade, tão gloriosas — quanto a ideologia fascista faz crer é algo que não interessa. Esta história imaginada dá provas que apoiam a imposição da hierarquia no presente, além de ditar o aspeto e o comportamento que a sociedade contemporânea deve assumir.

Num discurso de 1922, no Congresso Fascista em Nápoles, Benito Mussolini afirmou o seguinte:

Criámos o nosso mito. O mito é uma fé, uma paixão. Não é necessário que seja uma realidade [...] O nosso mito é a nação, o nosso mito é a grandeza da nação! E subordinamos tudo a este mito, a esta grandeza, que queremos que se traduza numa realidade total.¹

Aqui, Mussolini torna claro que o passado mítico fascista é *intencionalmente* mítico. A função do passado mítico, na política fascista, é explorar a emoção da nostalgia a favor dos princípios essenciais da ideologia fascista — o autoritarismo, a hierarquia, a pureza e o esforço.

Com a criação de um passado mítico, a política fascista cria uma ligação entre a nostalgia e a concretização dos ideais fascistas. Os fascistas alemães também apreciavam clara e explicitamente esta questão relativa à utilização estratégica de um passado mitológico. Em 1924, Alfred Rosenberg, um dos principais ideólogos nazis e editor do proeminente jornal nazi *Völkischer Beobachter*, escreveu o seguinte: «O entendimento do nosso próprio passado mitológico e da nossa própria história, bem como o respeito pelos mesmos, constituirão a primeira condição para alicerçar mais firmemente a geração vindoura no solo da pátria original da Europa.»² O passado mítico fascista existe para ajudar a *mudar o presente*.

A família patriarcal é um dos ideais que os políticos fascistas tencionam criar na sociedade — ou ao qual pretendem regressar, como afirmam. A família patriarcal é sempre representada como parte essencial das tradições da nação, sendo desvalorizada, mesmo recentemente, pelo advento do liberalismo e do cosmopolitismo. Mas porque é que o patriarcado é tão estrategicamente essencial para a política fascista?

Numa sociedade fascista, o líder da nação é equiparado ao pai na família patriarcal tradicional. O líder é o pai da sua nação, e a sua força e o seu poder são a fonte da sua autoridade legítima, tal como é suposto a força e o poder do pai de família no patriarcado serem a fonte da sua derradeira autoridade moral sobre a mulher e os filhos. O líder sustenta a nação, tal como na família tradicional é o pai quem a sustenta. A autoridade do pai patriarcal advém da sua força, e a sua força é o principal valor autoritário. Ao representar o passado

da nação como tendo uma estrutura de família patriarcal, a política fascista associa a nostalgia a uma estrutura hierárquica autoritária central e organizadora, uma estrutura que tem a sua representação mais pura nestas normas.

Gregor Strasser era o responsável pela propaganda do *Reich* nacional-socialista na década de 1920, antes de o cargo ter sido ocupado por Joseph Goebbels. De acordo com Strasser: «Para um homem, o serviço militar é a forma de participação mais profunda e valiosa — para a mulher, é a maternidade!»³ Paula Siber, a diretora em exercício da Associação de Mulheres Alemãs, declara o seguinte num documento de 1933, cujo objetivo era refletir a política estatal oficial do nacional-socialismo no que respeita às mulheres: «Ser mulher significa ser mãe, significa afirmar com toda a força consciente da nossa alma o valor de se ser mãe e fazer disso uma lei de vida [...] a maior vocação da mulher nacional-socialista não é apenas ter filhos, mas sim, conscientemente e por total devoção ao seu papel e dever de mãe, criar filhos para o seu povo.»⁴ Richard Grunberger, um historiador britânico do nacional-socialismo, resume «o ponto central do pensamento nazi no que respeita às mulheres» como «um dogma de desigualdade entre os sexos, tão imutável quanto o dogma de desigualdade entre as raças»⁵. A historiadora Charu Gupta, no seu artigo de 1991 intitulado «Politics of Gender: Women in Nazi Germany», chega ao ponto de argumentar que «na verdade, a opressão das mulheres na Alemanha nazi é o caso mais radical de antifeminismo do século xx»⁶.

Estes ideais de papéis em função do género estão novamente a definir movimentos políticos. Em 2015, o partido de direita da Polónia, o Partido da Lei e da Justiça (em polaco, Prawo i Sprawiedliwość, abreviado para PiS), ganhou com uma maioria definitiva as eleições parlamentares, tornando-se no partido dominante no país. O PiS,

na sua atual encarnação, tem como lema central apelar ao regresso às tradições sociais conservadoras cristãs da Polónia rural. A maior parte dos seus políticos abomina abertamente a homossexualidade. É um partido anti-imigração, e a União Europeia condenou as suas medidas mais antidemocráticas, nomeadamente a criação de leis que permitem que os ministros do governo (que são membros do partido) detenham o controlo pleno dos meios de comunicação estatais, concedendo-lhes poderes para despedir e contratar os diretores das estações de rádio e de televisão da Polónia. Internacionalmente, contudo, é mais conhecido pelo seu extremismo ao nível das políticas de género. O aborto já era proibido na Polónia, com exceção dos casos de lesões graves e irreversíveis no feto, de risco grave para a mãe ou de violação ou incesto. A nova proposta de lei do PiS teria eliminado a violação e o incesto enquanto exceções à proibição do aborto, prevendo pena de prisão para as mulheres que o fizessem nesses casos. O único motivo pelo qual a proposta de lei não foi aprovada foram os grandes protestos e manifestações por parte das mulheres em várias cidades da Polónia.

Ideias semelhantes em relação ao género estão a ganhar terreno a nível global, inclusive nos Estados Unidos, sendo muito frequentemente apoiadas por referências à História. Andrew Auernheimer, conhecido como Weev, é um proeminente neonazi que dirigia o jornal fascista online *The Daily Stormer*, em conjunto com Andrew Anglin. Em maio de 2017, publicou no referido jornal um artigo intitulado «Just What Are Traditional Gender Roles?». Nesse artigo, Weev afirma que, tradicionalmente, as mulheres eram consideradas como propriedade em todas as culturas europeias, com exceção da cultura judaica e de alguns grupos de etnia cigana, que eram matrilineares:

Era por este motivo que os judeus tinham tanto interesse em atacar estas ideias, porque a transmissão de

propriedade patrilinear era intrinsecamente ofensiva para a sua cultura. A Europa apenas tem esta noção absurda das mulheres enquanto entidades independentes devido à subversão organizada por parte de agentes do judaísmo.⁷

De acordo com Weev, fazendo eco do nazismo do século xx, os papéis patriarcais em função do género são essenciais para a História europeia, sendo parte do «passado glorioso» da Europa branca.

No artigo de Weev, o passado não só apoia os papéis tradicionais em função do género como separa os grupos que se acredita aderirem a eles daqueles que não o fazem. Desde a Alemanha nazi até à História mais recente, esta distinção vingativa pode escalar ao ponto de levar ao genocídio. O movimento Hutu pelo poder foi um movimento fascista de supremacia étnica que surgiu no Ruanda nos anos que antecederam o genocídio de 1994. Em 1990, o jornal *Kangura*, pertencente ao poder Hutu, publicou os Dez Mandamentos Hutu. Os primeiros três têm que ver com o género. O primeiro considerava como traidores todos aqueles que casassem com uma mulher Tutsi, poluindo assim a pura linhagem Hutu. O terceiro apelava às mulheres Hutu que garantissem que os seus maridos, irmãos e filhos não casassem com mulheres Tutsi. O segundo mandamento afirma o seguinte:

2. Todos os Hutu devem saber que as nossas filhas Hutu são mais aptas e conscienciosas no seu papel de mulheres, esposas e mães de família. Não são elas bonitas e boas secretárias, e também mais honestas?

Na ideologia de poder Hutu, as mulheres desta etnia apenas existem enquanto esposas e mães, sendo-lhes confiada a responsabilidade

sagrada de garantirem a pureza étnica Hutu. Esta busca pela pureza étnica foi uma das principais justificações para o assassinato de Tut-sis no genocídio de 1994.

Como é evidente, a linguagem de género e as referências aos papéis e ao valor especial das mulheres infiltram-se frequentemente no discurso político sem que seja dada grande atenção às suas implicações. Durante as eleições presidenciais de 2016, nos EUA, veio a público um vídeo que mostrava o candidato presidencial republicano, Donald Trump, a tecer comentários extremamente aviltantes em relação às mulheres. Mitt Romney, o candidato presidencial do Partido Republicano para as eleições de 2012, afirmou que os comentários de Trump «denigrem as nossas esposas e filhas». Paul Ryan, o presidente republicano da Câmara dos Representantes, afirmou o seguinte: «as mulheres devem ser defendidas e veneradas, não consideradas como objetos.» Ambos os comentários revelam uma ideologia patriarcal subjacente, típica de grande parte das políticas do Partido Republicano americano. Estes políticos podiam simplesmente ter dado voz à descrição mais direta dos factos, que é a de que os comentários de Trump são aviltantes para metade dos nossos concidadãos. Em vez disso, o comentário de Romney, numa linguagem evocativa da que é utilizada nos Dez Mandamentos Hutu, descreve as mulheres exclusivamente em termos de papéis tradicionalmente subordinados nas famílias, como «esposas e filhas» — nem sequer como irmãs. A tipificação feita por Paul Ryan, das mulheres enquanto objetos de «veneração», em lugar de equivaler a uma demonstração de respeito, transforma as mulheres em objetos na mesma frase em que censura quem o faz.

A família patriarcal na política fascista está integrada numa narrativa mais vasta relativa às tradições nacionais. O primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, foi eleito para o cargo em 2010, e supervisionou a destruição das instituições liberais do seu país com vista à

criação daquilo que ele próprio descreve abertamente com um Estado iliberal. Em abril de 2011, Orbán dirigiu a introdução da «Lei Fundamental da Hungria», a nova constituição do país. O objetivo da Lei Fundamental é definido logo no início, no «Reconhecimento Nacional», que começa por elogiar a fundação do Estado húngaro por Santo Estêvão, que «tornou o nosso país parte da Europa cristã há mil anos». O Reconhecimento Nacional continua, expressando orgulho pelo facto de «o nosso povo ter defendido a Europa, ao longo dos séculos, numa série de guerras» (presumivelmente contra o Império Otomano muçulmano). Reconhece «o papel do cristianismo na preservação da nacionalidade» e compromete-se «a promover e a salvaguardar a nossa herança». O Reconhecimento Nacional termina com a promessa de satisfazer uma «necessidade persistente de renovação espiritual e intelectual» e de proporcionar uma maneira de as gerações mais jovens do país «voltarem a tornar a Hungria grande».

A primeira série de artigos da Lei Fundamental, «A Fundação», é classificada por letras. O Artigo L afirma o seguinte, na íntegra:

- (1) A Hungria protegerá a instituição do casamento enquanto união entre um homem e uma mulher, estabelecida por decisão voluntária, e a família enquanto base para a sobrevivência da nação. Os laços familiares basear-se-ão no casamento e/ou na relação entre pais e filhos.
- (2) A Hungria incentivará o compromisso de ter filhos.
- (3) A proteção das famílias será regulada por um decreto basilar.

A segunda série de artigos, «Liberdade e Responsabilidade», é classificada por numerals romanos. O Artigo II proíbe o aborto.

AS NAÇÕES NÃO TÊM DE SER FASCISTAS PARA SOFRER DE POLÍTICAS FASCISTAS.

Em anos recentes, a curiosidade quanto ao termo fascismo transformou-se num fenómeno mundial. Mas o que levou a isso? Jason Stanley, filho de refugiados da Segunda Guerra Mundial, explica fenómenos como a presidência de Trump, o Brexit, o movimento italiano Cinco Estrelas e a liderança autoritária de Erdogan, entre outros — dando a conhecer os 10 pilares fundamentais do fascismo, entre os quais a ideia de reviver um passado mítico e glorioso; a política da lei e da ordem baseada na ideia de grupos minoritários criminosos; e a valorização do «trabalho duro» em prejuízo de sistemas de bem-estar social. Toda uma linguagem e crenças que separam as pessoas entre «nós» e «eles».

Refletindo sobre história, filosofia, sociologia e teoria crítica da raça, este é um livro pertinente e atual que expõe como Estados democráticos estão a sucumbir a discursos populistas. A história mostra-nos o imenso perigo de subestimar o poder cumulativo das táticas fascistas, que deixam a sociedade cada vez mais vulnerável aos apelos da liderança autoritária. E somente quando as identificamos é que podemos resistir aos seus efeitos mais danosos e regressar aos ideais democráticos.

**O fascismo não é coisa do passado.
Infiltrou-se no presente.
E pode ser o futuro se nada fizermos para o impedir.**

v o g a i s

com todas as letras

20|20 editora

ISBN 978-989-668-496-9



9 789896 684969

Temas Atuais